

ESTUDO SOBRE A ACESSIBILIDADE NOS MONUMENTOS CÍVICOS DA CAPITAL FEDERAL

Donária Coelho Duarte¹²; Anna Beatriz De Lima Vieira¹³; Laís Andrade Batista Cavalcanti¹⁴; Wallacy Lopes Pereira Moura¹⁵

EIXO TEMÁTICO: Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação (DTPI)

Resumo:

Atualmente o acesso ao turismo permanece como um desafio para o usufruto das pessoas com deficiência. O presente trabalho tem por objetivo averiguar se sete monumentos cívicos de Brasília escolhidos na rota de visitação para este estudo estão adaptados para receber pessoas com deficiência motora, visual e auditiva. O estudo de caráter exploratório, descritivo e qualitativo, foi realizado com aplica o de roteiro de observa o e roteiro de entrevista semiestruturado, tendo como base a norma 9050 da ABNT. Constata-se que o Turismo Cívico   um dos pontos fortes do turismo na Capital Federal e, portanto, a finalidade dessa interven o   contribuir para a divulga o dos lugares que já se encontram adaptados e, ao mesmo tempo, expor as problemáticas quando encontradas, sensibilizando os gestores dos locais investigados quanto a importância desse segmento.

Palavras-chaves: turismo cívico, Brasília, turismo acessível.

1 Introdu o

Levando em considera o o número de pessoas com deficiência e uma sociedade que não   adaptada para tais necessidades, observa-se a carência com rela o   implementa o de infraestrutura em locais públicos e turísticos, como também a cria o de políticas públicas que possibilitem a inclusão dessas pessoas nesses ambientes e nas atividades ali desenvolvidas.

De acordo com dados da Organiza o Mundial de Saúde (OMS, 2011), em todo o mundo 1 bilhão de pessoas vivem com algum tipo de deficência. No Brasil, segundo o último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 24% da popula-

 o brasileira, ou seja, 45 milhões de pessoas, declararam ter algum tipo de deficência, seja ela visual, auditiva, motora ou mental/intelectual.

Esta parcela de cidadãos está amparada pela Lei n 13.146, de julho de 2015, na qual assegura e promove, em condi es de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficência, visando   sua inclusão social e cidadania. Assim, considera-se em seu Art.3 , inciso I, a acessibilidade como a possibilidade e condi o de alcance para utiliza o, com segurança e autonomia, em serviços e instala es abertos ao público de uso coletivo por pessoas com deficência ou com mobilidade reduzida.

12 Doutora em Engenharia de Produ o; Membro do Laboratório de Estudos em Turismo Sustentável – LETS/UnB; Professora do Curso de Gestão do Agronegócios da Universidade de Brasília – Campus Planaltina. E-mail: donaria@unb.br

13 Graduanda em Gestão do Agronegócio - Universidade de Brasília - Campus Planaltina. E-mail: annab.lima97@gmail.com

14 Graduanda em Gestão do Agronegócio - Universidade de Brasília - Campus Planaltina. E-mail: lais.cavalcanti@gmail.com

15 Graduando em Gestão do Agronegócio - Universidade de Brasília - Campus Planaltina. E-mail: wallacylm@hotmail.com

Partindo deste ponto e levando em consideração o potencial de Brasília para o Turismo Cívico, a presente pesquisa tem como objetivo averiguar a acessibilidade para pessoas com deficiência motora, visual e auditiva nos principais monumentos e prédios cívicos da capital federal. De acordo com o Manual de Comunicação da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM), publicado pelo Senado Federal em 2012, Turismo Cívico é definido como “Modalidade de turismo cultural cujo foco principal de interesse é conhecer a organização constitucional e política de um país, estado ou município[...]”. Este mesmo trabalho argumenta o objetivo das visitas: “[...] O turista visita instituições de governo, monumentos e outros locais de relevância histórica e estrutural para a compreensão da construção política e de seus fatos e personagens do passado e do presente” (SECOM, 2012, p. 12).

Ao todo foi investigada a acessibilidade de sete destes monumentos: o Congresso Nacional, o Palácio do Itamaraty, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Superior Tribunal Federal, a Praça dos Três Poderes e o Memorial Juscelino Kubitschek (JK).

2 Metodologia

O estudo em questão é de caráter qualitativo, com utilização de pesquisa bibliográfica e documental. Para a pesquisa bibliográfica foram trabalhados os temas: a pessoa com deficiência; turismo acessível e turismo cívico. Já a pesquisa documental se baseou na legislação pertinente ao tema e nas normas regulatórias da ABNT, como é o caso da norma 9050, que aborda a acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

O trabalho também apresenta caráter exploratório e descritivo ao explorar informações coletadas por meio de estudos de campo feitos na etapa de visitação aos 7 (sete) monumentos cívicos escolhidos, tendo como base um roteiro de observação estruturado previamente. Além do roteiro de observação, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturado que foi aplicado com os funcionários responsáveis pelos locais visitados. Vale ressaltar que para a concepção de ambos os roteiros a norma 9050 da ABNT foi utilizada como base regulatória.

Na estruturação do roteiro de visitação houve a demarcação da área entre os Eixos Monumentais que cortam a Capital Brasília nas asas norte e sul. Dentro deste perímetro optou-se pela escolha dos monumentos mais próximos à Rodoviária do Plano Piloto, ponto central da cidade, na qual muitos turistas optam pela utilização dos meios de transportes ali presentes. Sendo assim, foram

escolhidos o Congresso Nacional, o Palácio do Itamaraty, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Superior Tribunal Federal, a Praça dos Três Poderes e o Memorial JK para análise neste trabalho.

3 Resultados e Discussão

No Congresso Nacional as calçadas que permitem acesso ao prédio apresentam algumas irregularidades, como desníveis e rachaduras. Porém, não apresentam obstáculos que impeçam totalmente a livre circulação de pessoas, como por exemplo: caixas de coleta de lixo; telefones públicos; elementos suspensos; etc. Destaca-se que o percurso externo não possui piso sinalização tátil.

No estacionamento pode-se considerar que o Congresso Nacional não possui estacionamento para visitantes, já que o estacionamento do prédio é apenas para servidores. Os visitantes estacionam os carros no eixo monumental, ou no estacionamento dos edifícios vizinhos. Isso pode ser um entrave para pessoas com deficiência motora e visual, tendo em vista a distância.

No caso da circulação interna do prédio, na presença de escadas, como forma alternativa, utilizam-se apenas elevadores. Ressalta-se ainda que a cada dois elevadores um é adaptado para pessoas com deficiência motora. O prédio não possui sinalização tátil e/ou piso alerta indicando a existência de objetos suspensos, móveis ou obras. No entanto, em caso de visitantes com deficiência visual ou auditiva, um guia com conhecimentos em acessibilidade e/ou em libras irá guiar esse visitante por todo o percurso e relatar tudo que está acontecendo. No caso de visitantes deficientes visuais, não existe mapa tátil e nenhuma das obras ou pinturas podem ser tocadas. Existe apenas uma maquete do Congresso Nacional que pode ser tocada e feita especialmente para isso.

O prédio possui banheiros acessíveis e garante um para cada sexo em cada pavimento onde há banheiros, uma vez que os banheiros masculinos e femininos não ficam localizados no mesmo local/pavimento. O banheiro é acessível e devidamente sinalizado com o símbolo internacional de acesso, mas não é sinalizado com o símbolo feminino, masculino ou unissex, o que pode confundir os visitantes.

No Palácio do Itamaraty as vias de circulação que levam ao edifício foram consideradas ruins, pois apresentam irregularidades, desníveis e degraus que dificultam sobretudo a locomoção de pessoas com deficiência motora. Quanto ao estacionamento, o Palácio do Itamaraty dispõe de quatro vagas para pessoas com deficiência, com

sinalização na horizontal e vertical com o símbolo internacional de acesso. Além disso, estão próximas ao acesso principal de circulação de pessoas. O caminho a ser percorrido do carro até o edifício também é acessível, por não possuir elementos que dificultem a livre circulação de pessoas, mas não possui piso tátil.

O hall de entrada é amplo e sem muitos elementos que possam dificultar a livre circulação das pessoas. Não se utiliza catracas ou portas giratórias, o que facilita o acesso aos deficientes motores. Na circulação interna, além das escadas, uma outra forma de locomoção são os elevadores, não havendo a existência de rampas. Vale destacar que o edifício não possui mapa tátil, nem informações e/ou placas informativas em braile, assim como também não possui piso tátil ou piso alerta. Assim como no Congresso Nacional, as obras e pinturas não podem ser tocadas, mesmo por visitantes com deficiência visual. No caso de deficiente motor, o guarda que acompanha o grupo de visitantes auxilia na locomoção deste, levando aos elevadores em cada andar onde as visitas acontecem.

A respeito dos sanitários, estes são adaptados e localizados apenas no terceiro andar, desta forma pode-se dizer que não se encontram em local adequado e nem estão próximos a circulação principal.

Já o Museu Nacional o percurso exterior foi considerado acessível, visto que não apresenta elementos ou objetos que interfiram na circulação de pessoas, também não apresenta grandes desníveis, degraus ou buracos. As mediações próximas ao edifício apresentam piso tátil, levando as entradas principais localizadas no térreo e no primeiro andar. No caso de deficiente motor, recomenda-se que este se dirija ao térreo, pois é onde estão localizados os elevadores.

O Museu oferece duas vagas para pessoas deficientes, porém elas estão apenas sinalizadas com a placa vertical com o símbolo internacional de acesso e não apresenta nenhuma demarcação no chão. Além disso, o estacionamento não está localizado próximo a via principal de circulação.

O visitante pode entrar no Museu de duas formas: pela rampa principal, que leva ao primeiro piso ou pelo térreo. O térreo geralmente fica aberto apenas quando ocorre exposições no mesmo. Destaca-se que a rampa principal já pode ser considerada um obstáculo, principalmente para o deficiente motor, por ser muito inclinada. Porém, como já citado anteriormente, essas pessoas podem utilizar o elevador.

O Museu não possui mapa tátil, mas já possui algumas placas informativas em braile nos elevadores, indicando a direção dos banheiros e nos próprios banheiros. Vale res-

saltar que a quantidade de placas informativas ainda não é o ideal e algumas encontram-se em altura não acessível. Assim como nos outros monumentos apresentados anteriormente, os visitantes com deficiência visual não podem tocar nas obras e pinturas.

Quanto aos sanitários, o Museu possui banheiros acessíveis e garante um banheiro adaptado para cada sexo. Apesar dos banheiros não estarem próximos a circulação principal de pessoas, o elevador leva diretamente aos sanitários. Na circulação interna, só existe piso tátil no andar onde estão localizados os banheiros, no restante da edificação não foi identificado piso tátil ou piso alerta. Os banheiros apresentam sinalização identificando o gênero de cada banheiro em braile e sinalização com símbolo internacional de acesso no banheiro acessível.

Assim como no Museu, o percurso exterior ao prédio da Biblioteca Nacional é bastante amplo, sem elementos que possam ser configurados como obstáculos, ou ressaltos e buracos, sendo considerado desta forma acessível. Vale ressaltar que o percurso externo possui piso tátil que leva em direção a entrada principal da Biblioteca.

No estacionamento não foi possível identificar vagas acessíveis, pois não estavam sinalizadas com placas ou demarcações no chão. Desta forma, o estacionamento não atende aos requisitos estabelecidos pela ABNT, uma vez que não possui sinalização com o símbolo internacional de acesso, nem na horizontal e nem na vertical e não possui espaço lateral demarcado com linhas amarelas.

A entrada principal é de fácil identificação e sem obstáculos que dificultem a entrada de pessoas. Utilizam-se catracas na entrada do edifício, porém existe uma entrada alternativa para a pessoa com deficiência motora, além disso todos os andares apresentam piso tátil. A biblioteca possui quatro andares e todos eles podem ser acessados por elevadores. Os elevadores não são totalmente adaptados por serem considerados pequenos (limite de capacidade para 4 pessoas), o que pode dificultar o acesso de um visitante que utilize uma cadeira de rodas, porém segundo a administradora da Biblioteca, nunca foram um empecilho para locomoção de pessoas com deficiência motora ou visual. Os elevadores possuem identificação em braile, tanto na parte externa, como na parte interna, identificando os andares.

Existem banheiros acessíveis em todos os andares, mas não estão localizados próximos a circulação principal. É garantido apenas um banheiro acessível para ambos os sexos, desta forma não atende a normas estabelecida pela ABNT, que determina no mínimo um banheiro acessível para cada sexo em cada complexo onde houver banheiros. O banheiro é identificado com o símbolo internacional

de acesso, porém o símbolo de acessibilidade não está sinalizado com o símbolo de uso unissex.

No Superior Tribunal Federal (STF) existem duas entradas e em uma delas não existe rampa para vencer a diferença entre o piso e a calçada, dificultando, por exemplo, o acesso de pessoas com deficiência motora que devem buscar uma outra forma de acesso ao prédio, percorso este mais demorado.

No estacionamento não foram identificadas vagas acessíveis. As vagas próximas as rampas de acesso também não estavam reservadas ou sinalizadas com o uso de cones. Ressalta-se que existe uma vaga acessível localizada a frente do Anexo I, porém é possível identificar que apesar da existência da vaga, não existe rampa entre a diferença do piso e o degrau, existindo apenas na lateral esquerda que dá acesso ao prédio sede do STF.

A entrada do edifício é de fácil identificação e para entrar no prédio pode-se fazer uso de rampa ou escadas. Não se utiliza catracas na entrada do edifício, mas é necessário passar pelo detector de metais. Na circulação interna, além das escadas existem elevadores para auxiliar na locomoção entre os andares. Existem algumas informações em braille como nos elevadores, banheiros e na entrada do edifício com a missão do STF. No plenário, onde ocorrem sessões de julgamento, foram feitas adaptações, como a colocação de rampas e construção de banheiro acessível, visto que na construção original estes não existiam. Destaca-se que não existe piso tátil na parte interna e nem na parte externa do edifício e a parte interna em sua maioria não dispõe de informações em braille. Para visitantes com deficiência auditiva, recomenda-se que a visita seja agendada com 2 (dois) dias de antecedência, para que um profissional em língua de sinais seja contratado para acompanhar o visitante.

Em relação aos sanitários, estes possuem sinalização com o símbolo internacional de acesso e possui informações em braille, além da sinalização de uso unissex e estão disponíveis em todos os andares. Como o edifício só garante um banheiro adaptado para ambos os sexos, entende-se que o mesmo não atende a norma da ABNT, que determina um banheiro para cada sexo.

O percurso exterior à Praça dos Três Poderes não foi considerado acessível, uma vez que não existe rampas de acesso para vencer a diferença entre a via e a calçada. Aliás, em nenhum dos lados da Praça foi possível identificar rampas de acesso. A Praça também não possui piso tátil.

No estacionamento mais próximo da Praça só foi identificado uma vaga reservada para pessoas com deficiência, porém não era acessível, uma vez que não possui

rampas de acesso para praça e não possui demarcação no chão, dificultando principalmente a circulação de pessoas com deficiência motora.

A Praça não possui piso tátil e o calçamento é bastante trepidante e possui irregularidades e desníveis. Na Praça ainda está localizado o espaço Lúcio Costa, mas o único acesso ao espaço é por meio de escadas, o que por si só já é um obstáculo, essencialmente para deficientes motores e visuais.

O percurso exterior ao Memorial JK foi considerado acessível, visto que não apresenta elementos ou objetos que interfiram na circulação de pessoas, também não apresenta desníveis, degraus ou buracos. Porém, ressalta-se que não possui piso tátil nas mediações externas ao prédio.

O Memorial dispõe de duas entradas: uma com escadas e outra com rampa. Próximo a entrada com escadas, o estacionamento dispõe de uma vaga para pessoas com deficiência, esta por sua vez fica mais distante da entrada acessível. Já na entrada que dispõe de rampa, existem vagas apenas para deficientes, tendo em vista que esta entrada é destinada especificamente para eles. São duas vagas que estão devidamente sinalizadas, com o símbolo internacional de acesso tanto na horizontal como na vertical, possuem faixa lateral de circulação e estão próximas a entrada principal. Todas as vagas acessíveis estão corretamente sinalizadas.

Destaca-se que existe ausência de piso tátil no decorrer do edifício. Foi possível identificar piso tátil apenas nos locais mais necessários, como por exemplo, no início e no fim de escadas. Não existem rampas, mas como alternativa para as escadas o Memorial dispõe de um elevador específico para pessoas com deficiência motora.

Existe maquete tátil do Memorial na entrada, contendo informações em braille. Todas as fotos, figuras e esculturas possuem descrição em braille. Destaca-se que todos os vídeos informativos que contam a história de Juscelino Kubitschek e de Brasília possuem tradução simultânea em libras. Para pessoas com deficiência visual existem vídeos auto descritivos e, segundo um dos cerimonialistas, esses visitantes podem tocar as obras e é permitido a presença de cão guia. O Memorial possui banheiros acessíveis e estes estão localizados em local de fácil acesso e atendem as especificações de acessibilidade.

4 Conclusões

Pôde-se constatar que os 7 (sete) monumentos cívicos analisados na capital federal possuem uma infraestrutura

ra muito incipiente com relação à recepção de visitantes que possuem deficiência motora, auditiva ou visual. Dos locais estudados, vale ressaltar que o Memorial JK foi o que apresentou melhores condições para receber pessoas com deficiência motora, visual ou auditiva, sendo este o único local que consegue atender de forma satisfatória essas três deficiências.

Destaca-se que um dos grandes entraves que dificultam a melhoria da acessibilidade nos prédios e monumentos cívicos é o fato de que a maioria deles são tombados, fazendo com que qualquer modificação na estrutura do edifício seja bastante demorada e burocrática.

Dentre os três tipos de deficiência analisadas, observou-se que pessoas com deficiência motora são as mais atendidas nos locais visitados, levando em consideração a existência de rampas, elevadores e pessoas para auxiliar na locomoção, logo em seguida, pessoas com deficiência auditiva, pois a maioria dos monumentos possui disponibilidade de intérprete em língua de sinais, contanto que seja feito o agendamento da visita com pelo menos dois dias de antecedência. Por fim, foi possível observar que pessoas com deficiência visual tem uma maior dificuldade em visitar esses locais, devido a inexistência de materiais, informações e sinalizações em braile e pelo fato de não poderem tocar nas obras e esculturas, ficando dependentes apenas da descrição do guia.

Desta forma, constatou-se que a maioria dos monumentos e prédios cívicos de Brasília pesquisados não podem ser considerados totalmente acessíveis, uma vez que não atendem de forma plena visitantes com deficiência motora, auditiva ou visual.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) 9050: **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Adjunta de Turismo-SETUL. **Turismo Cívico**. 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.df.gov.br/turismo-civico/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência**: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010**. Disponível em:< <http://>

www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf >. Acesso em: 13 set. 2018.

GAETANI, Francisco. **Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência**. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 2017.

ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa Com Deficiência de São Paulo, 2011.

SENADO FEDERAL. **Manual de Comunicação da Se-com**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao>>. Acesso em: 13 set. 2018.